

Santana insiste nas emendas de mérito

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA) reafirmou ontem a intenção do Grupo Centro.



Democrático de modificar o texto do anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, através da aprovação de emendas de mérito, a despeito do acordo entre todas as lideranças de partidos e o deputado Ulysses Guimarães, na última quinta-feira, de só se aceitar propostas de adequação. Segundo ele, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos — o único com poderes de indeferir a totalidade das emendas de mérito (80% das 5.607 apresentadas) "não tem idade ou força para fazê-lo".

"O que o relator Bernardo Cabral pode fazer é rejeitar uma emenda por ser de mérito, mas aí nós pedimos destaque e a coisa se decide no voto. Quanto a indeferidas, são 80% de emendas de mérito, das 5.607 propostas à Sistematização. Isto significa que a maioria dos constituintes entendem que devem modificar o texto do anteprojeto e será que Arinos segura essa?", desafiou o parlamentar.

Como argumento para não se acatar a proibição expressa do Regimento Interno, de mexer no mérito do anteprojeto, Sant'Anna relembra que pelo menos duas outras vezes isso já aconteceu, durante os trabalhos das subcomissões e das comissões: "O próprio Ulysses Guimarães, por uma decisão política decidiu transgredir o Regimento Interno quando adiou, por dois dias, o prazo de entrega dos pareceres das subcomissões. Também na Comissão da Ordem Social, o relator Almir Gabriel decidiu não encerrar a votação de substitutivo à meia-noite do último dia, como estabelecia o Regimento, e prolongou o processo até às 6 horas da manhã do dia seguinte".

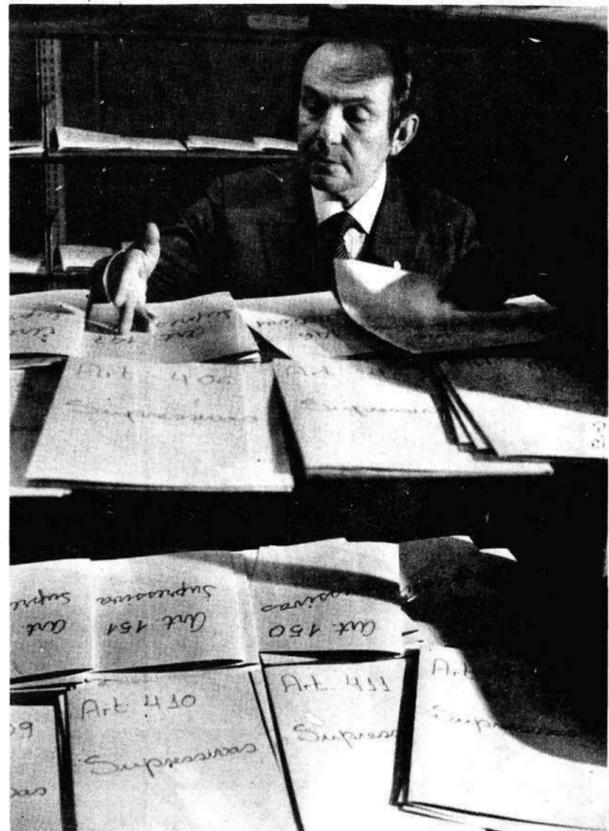
Segundo o líder governista, também agora, o argumento político é superior às normas regimentais, pois no seu entender, a ida do anteprojeto tal como está a Plenário, "sem qualquer unidade, organicidade ou concisão", poderá significar o fim da Constituinte: "Se isso que está aí for a Plenário, com 559 parlamentares propondo emendas em cima do texto, a única saída será um enorme entendimento para concentrar esforços numa proposta de consenso e não vejo muita possibilidade de que isso aconteça".

Josimar Gonçalves



Carlos Santana prevê a aprovação de emendas de mérito

Josimar Gonçalves



Cabral afirma ter recebido pressão de todos os lados

Proibição tem 2 artigos

Há pelo menos dois artigos no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte que proíbem a apresentação de emendas de mérito ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização: o § 2º do artigo 19 e o § 2º do artigo 23, ambos do II Capítulo.

O Regimento Interno, em seu parágrafo segundo do artigo dezoito dispõe que ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos cinco dias que se seguirem a distribuição dos avulsos, e que serão destinados à sua discussão, circunscritas essas emendas, à adequação do trabalho apresentado com os anteprojeto

oriundos das comissões temáticas.

O parágrafo primeiro do artigo 21 determina que aplica-se às emendas apresentadas nas comissões e subcomissões o disposto no § 2º do artigo 23 do Regimento Interno. Esta é a íntegra do artigo: "Fica vedada a apresentação de emendas que substituam integralmente o projeto de Constituição ou que digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente, a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros".

Prisco acata estudo e muda todo o texto

O deputado Prisco Viana (PMDB) apresentou praticamente na íntegra o projeto de Constituição elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, ao contrário de outros deputados orientados pelo Palácio do Planalto, que ofereceram apenas propostas alterando artigos esparsos. Em sua maioria, essas propostas extinguem o sistema parlamentarista de governo e, segundo informa o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não serão consideradas. Elas se incluem entre as cinco mil emendas que alteram o projeto de Constituição no mérito, mas o relator disse que só acolherá as emendas redacionais, portanto, 616.

Prisco Vianna copiou do projeto de Saulo Ramos até parte da justificativa: "O texto preconiza um executivo monocrático, em que as funções de estado e de governo acham-se concentradas no presidente da República, que as exercerá com o auxílio do Conselho de Ministros", diz a proposta, anunciando ainda "a instituição de um sistema de controle horizontal intragráfico". Ele extingue a figura do vice-presidente da República, permite que o Poder Legislativo torne insubsistentes as decisões do Supremo Tribunal Federal e chama sua proposta de regime "neopresidencialista" ou "poder pluralizado".

O primeiro artigo da proposta de Prisco Vianna é o seguinte: "O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro-ministro e dos ministros de Estado e a participação do Conselho de Ministros". O projeto prevê o mandato presidencial de cinco anos, concentrando nas mãos do presidente a chefia do Estado e do governo e restaura a eleição indireta quando o cargo de presidente ficar vago nos últimos dois anos do mandato. Ele dá 30 atribuições ao presidente da República e apenas 20 ao primeiro-ministro, deixando claro que este será apenas um auxiliar.

O presidente da República deve garantir, através do seu arbitramento, o funcionamento dos poderes e das instituições do Estado; deve prestar contas ao Congresso Nacional; editar decretos-les; nomear livremente os ministros militares e o das Relações Exteriores; nomear e exonerar o primeiro-ministro, e delegar este a atribuição de nomear governadores de territórios. Mas é também atribuição exclusiva do presidente a nomeação do consultor-geral da República, ao contrário da nomeação do procurador-geral, que fica sujeita a aprovação do Congresso Nacional.

Na condição de auxiliar, o primeiro-ministro só preside o Conselho de Ministros na ausência do presidente da República; ajuda o presidente na direção da política geral; coordena as atividades administrativas do Poder Executivo; convoca as reuniões do conselho; acompanha os projetos em tramitação no Congresso e exerce outras atribuições delegadas pelo presidente. Ironicamente, a proposta de Prisco Vianna dá também ao primeiro-ministro o direito de participar das deliberações do Conselho de Ministros, com voz e voto.

Prisco Vianna chama seu projeto de substitutivo, apesar de referir-se apenas a parte do projeto de Constituição referente aos poderes da República, e o justifica dizendo que a tradição exige que o sistema de governo brasileiro continue sendo o presidencialista.

Cabral enviará 80% das propostas para arquivo

Cerca de 80% das 5.607 emendas apresentadas à secretaria de Sistematização até à meia-noite de anteontem são de mérito e serão, portanto, arquivadas, segundo informou o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O parlamentar reiterou que as emendas de mérito só serão acolhidas na segunda fase, quando o anteprojeto for a plenário, a partir do dia 17 de julho. Os constituintes que tiveram suas emendas preteridas, por serem de mérito, nesta primeira fase, terão que reapresentá-las.

Até às 17 horas de ontem, de um total de 5.607 emendas, apenas

2.195 haviam sido registradas pelo computador do Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado). Hoje, o relator, juntamente com o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL - RJ), o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e o deputado Adolfo de Oliveira (PLF - RJ), debruçaram-se sobre todas as emendas, para fazer a triagem que são de mérito ou não.

O relator Bernardo Cabral revelou também que o maior número de emendas de adequação recebidas são relativas ao artigo 13, que trata da propriedade

privada, que no fundo, está embutida no tema da reforma agrária. Cabral disse ainda ter recebido pressões de todos os lados por meio de cartas, telefonemas e visitas pessoais exceto de representantes das Forças Armadas. Mais uma vez, lembrou que não se sentia atingido pelas críticas ao anteprojeto, pois ele não é de sua autoria, mas um somatório de todas as Comissões Temáticas.

Das 2.195 emendas catalogadas pelo Prodasen, 1.120 eram de constituintes do PMDB, 673 do PFL, 125 do PDS, 57 do PDC, 50 do PC do B, 43 do PSB, 41 do PDT, 35 do PL, 30 do PTB, 14 do PT, 6 do PCB e 1 do PMB.

Iniciativa do Planalto é criticada por líderes

Os líderes dos partidos que dão sustentação ao governo criticaram duramente o Palácio do Planalto ontem durante a sessão da Constituinte. Pelo PMDB, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE) denunciou uma campanha "bem orquestrada para desmoralizar a Constituinte" e acredita que "o centro da orquestração se situa no Palácio do Planalto". A líder - em - exercício - do PFL, deputada Sandra Cavalcanti (RJ), disse que seu partido não tomará conhecimento de qualquer texto constitucional "pré-fabricado em qualquer escaninho do Palácio do Planalto", mas defendeu a suspensão dos trabalhos da Constituinte associando-se ao senador José Richa.

Maurílio Ferreira Lima disse que a declaração do deputado Expedito - Machado - (PMDB-CE), integrante do centro democrático, de que o anteprojeto da Comissão de Sistematização "não presta e deve ser jogado no lixo" está associada à intenção do governo de apresentar um substitutivo à proposta da comissão. Os líderes em exercício do PC do B, Edmilson Valentim (RJ) e do PDC, José Eymael (SP) apoiaram Maurílio e consideraram "vergonhosa" a interferência do Executivo.

A deputada Sandra Cavalcanti surpreendeu os poucos constituintes que compareceram à sessão de

Para Fogaça, governo esqueceu a transição

Porto Alegre - Ao contestar críticas do presidente Sarney à atuação de setores do PMDB na Constituinte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que o "erro do governo é supor que seja o primeiro governo de uma nova ordem política, quando, na verdade, é um governo de transição. A partir daquele erro, se situam todos os outros erros políticos do presidente", o que leva, entre outras coisas, à "impossibilidade de se chegar a um pacto democrático com o resultado dessa ameaça, insegurança e incerteza que estamos vivendo".

O senador gaúcho defende a manutenção do apoio do PMDB ao governo Sarney para evitar de jogar o presidente para os braços da direita. Mas, para ele, a primeira coisa que se deveria fazer é "tentar convencer o presidente Sarney de que seu mandato deve ser de quatro, e não cinco anos, para que as eleições diretas à Presidência possam emergir e se saia dessa crise em que nos encontramos".

ontem - apenas 19 apesar da lista de presença registrar a presença de 189 parlamentares na Casa - ao dizer que o PFL vai ignorar qualquer substitutivo que venha do governo. Espero que o Executivo não esteja cometendo essa insanidade. Ele deve ter juízo e respeito à Assembleia Constituinte. Só quem não gosta de democracia quer um texto pronto em gabinetes". Sandra acrescentou que os constituintes não vão perder a oportunidade de escrever a futura Constituição.

Apesar dessas críticas, a deputada defendeu a suspensão temporária dos trabalhos da Assembleia para ampliar o debate em torno da crise econômica e política. Segundo ela, a sugestão do senador José Richa é a mesma que ela propõe há dois meses: manter a Câmara e o Senado funcionando durante o mês de julho, discutindo as questões mais pertinentes, da conjuntura nacional.

"É inaceitável que o país esteja convulsionado e o plenário da Câmara e Senado fechados. O legislativo é agora o grande ausente do processo político, por determinação errada nossa, ao aprovarmos o regimento da Constituinte, e por insensibilidade da Mesa, que ignorou o projeto de resolução de minha autoria colocando as duas casas do Legislativo em funcionamento", disse a deputada.

Para Britto, recesso gera sério risco

Porto Alegre - O vice-líder do PMDB na Constituinte Antônio Britto (RS), advertiu ontem que, se fosse aceita a sugestão do senador José Richa, de suspender os trabalhos da Assembleia, ela correria o sério risco de nem voltar a funcionar.

Para o constituinte, o correto é impedir o recesso da Câmara e do Senado e, aproveitando o fato de que a Comissão de Sistematização está funcionando, discutir e votar o que for preciso com o conjunto dos constituintes. Além disso, Britto acha que a proposta pode deixar entender que existe uma crise que não é enfrentada pelo fato de que uma nova Constituição está sendo elaborada.

- A Constituinte está vivendo a sua maior crise e, se algumas medidas não forem adotadas logo, corre-se o terrível risco de uma frustração de consequências imprevisíveis - alertou.

Já o deputado Paulo Renato Paim, do PT, acha que não há por que polemizar em cima da proposta de José Richa. Ele argumentou que a reflexão sobre a crise, por parte dos constituintes, poderá ocorrer normalmente, sem qualquer suspensão da Assembleia.

Entendimento na Aliança agrada líder

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (PMDB-SC), aprovou ontem a iniciativa de setores do PMDB e PFL para a elaboração de um texto constitucional baseado no entendimento. Estes grupos, que já se reuniram uma vez, deverão contar com quase 200 parlamentares dos dois partidos, segundo avaliação de algumas lideranças.

"A Constituição se fará pelo entendimento. Mas, um entendimento que tenha um sentido progressista" - disse Luiz Henrique.

A questão do entendimento interpartidário foi abordada na reunião que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, teve com todos os líderes partidários. O líder do PDT, Brandão Monteiro, defendeu esta tese, argumentando que ninguém fará a Constituição de seus sonhos: "Vamos procurar a média da Constituinte e o que a sociedade deseja", disse.

Na próxima quarta-feira, já serão discutidos textos de emendas para serem apresentadas em plenário.

Centro já definiu estratégia

O grupo Centro Democrático, liderado pelo deputado Carlos Santana, já tem uma estratégia montada para mudar o conteúdo do anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral em seu favor. Segundo Santana a ideia consiste em pedir destaque de emendas, individuais ou em bloco, visando principalmente a modificação de pontos como o sistema de governo, a anistia, a posição do Gabinete Militar em relação à moção de censura, a reserva de mercado, a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho.

O líder governista insiste em afirmar que as proposições apresentadas pelos parlamentares do Centro Democrático não foram trazidas pelo Palácio do Planalto: "O governo não tem nem estratégia e nem emendas, tem os partidos que o apoiam, como o PFL e o grupo moderado do PMDB e que trocam ideias com o Planalto". Mas, de outro lado, o próprio ministro da Justiça Paulo Brossard já admitiu que muitas dessas emendas foram elaboradas em seu próprio gabinete.

Para Santana a importância de seu grupo mudar agora o mérito do anteprojeto de Constituição, revertendo-o a seu favor, é passar para a próxima etapa - a discussão do texto em plenário - pela primeira vez com um relatório a seu favor.

Ele definiu cinco pontos principais onde o Centro Democrático lutará para aprovar as suas teses:

Sistema de Governo: A grande luta do Centro Democrático é inserir no texto de Cabral uma emenda atribuindo ao presidente da República a chefia do governo, cargo que acumulará com a chefia

do Estado e o comando supremo das Forças Armadas.

Anistia: O grupo quer emendar o texto no sentido de retornar à posição da emenda nº 26, que concedeu anistia aos militares e civis a partir de 1961, reintegrando-os no serviço e, no caso dos militares, passando-os para a reserva remunerada. No anteprojeto de Cabral a anistia retroage a 1946 e os militares voltam à ativa, reintegrados como se por merecimento.

Gabinete Militar: O grupo tem duas alternativas: aceitar o texto do relator que só admite moção de censura coletiva do Congresso Nacional ou pedir destaque de emenda para privar os três ministros militares e o ministro das Relações Exteriores de moção individual ou plural de censura. A última estratégia só será acionada, se algum parlamentar pedir destaque de emenda que reintroduza a moção individual.

Reserva de Mercado: O grupo pretende manter um dispositivo constitucional que dê poder ao Estado de usar a reserva de mercado, mas sem definir em que setores. E basicamente o que prega o atual texto, só com outra redação.

Estabilidade no emprego e jornada de trabalho: A ideia é manter os princípios da estabilidade no emprego e da jornada de trabalho de oito horas semanais, mas sem definir o tempo a partir de quando se adquire estabilidade e sem definir a carga semanal da jornada. Pelo texto de Cabral a jornada é de 40 horas semanais e a estabilidade no emprego é adquirida após dois anos de serviço.

soria junto ao Gabinete Civil.

Na Presidência, além da tendência em alterar a filosofia contida no anteprojeto, os assessores e a Consultoria-Geral pretendem ainda enugar a futura Constituição, reduzindo o número de artigos. O número considerado "aceitável" pelo próprio presidente Sarney não deve ultrapassar a casa dos 200 artigos. A Constituição em vigor conta com 212 artigos e o anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização conta com mais de 500.

O excesso de artigos, na avaliação feita pela Presidência da República, deve-se ao fato de os constituintes terem apresentado propostas de competência da lei ordinária. Estes preceitos da lei ordinária estão sendo colocados "propositadamente" pelos constituintes. E a explicação para este fenômeno, na Presidência da República, é a de que os parlamentares temem a facilidade com que as leis ordinárias são mudadas e querem garantir uma vida maior para suas propostas, incluindo-as na Constituição.

Desfavorável

A opinião sobre o anteprojeto na Presidência da República é a mais desfavorável possível. A pressão do tempo e a incompetência, segundo entende o Planalto, são os principais responsáveis pela má elaboração do texto. Não houve tempo para fazer a triagem dos artigos apresentados e muitos deles foram avaliados pelo computador do Senado. "É a primeira Constituição da informática", comenta-se ironicamente no Gabinete Civil.

Memélia Moreira

Sem exceção, todos os ministérios estão participando da elaboração de emendas que serão entregues à Assembleia Nacional Constituinte. O diálogo entre os ministérios e os constituintes tem sido direto, sem intermediação da Presidência da República, segundo apurou o JBr. Estas emendas serão apresentadas na próxima fase da Constituinte, quando for permitida a alteração no mérito do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Na Presidência da República não há qualquer pressão em entregar estas emendas aos parlamentares da confiança do presidente José Sarney. E, apesar das declarações do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em repúdio às emendas originadas do Executivo, dificilmente Ulysses poderá impedir que elas sejam levadas a plenário. Sarney ainda conta com cerca de 200 parlamentares dispostos a apoiá-lo nas suas propostas à futura Constituição. E estas emendas se confundirão com outras, apresentadas pelos constituintes que representam alguns lobbies, de acordo com a expectativa mantida no Planalto.

Além da Consultoria-Geral da República e do Ministério da Justiça, que trabalham mais ostensivamente na confecção das emendas, a Subsecretaria de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil também participa na elaboração dos textos. Esta subsecretaria já foi procurada por mais de 20 parlamentares que se ofereceram para apresentar as emendas de interesse do Executivo. Outros parlamentares buscam sugestões e asses-